



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	
Data de Início	
Folha	
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

À Comissão Permanente de Licitação (CPL),

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, vem, em atenção à impugnação interposta pela empresa **MIL GERADORES LTDA. – CNPJ n. 08.774.241/0001-08**, informar e requerer o que segue.

Trata-se de impugnação ao edital do pregão presencial n. 026/2022, relativo à contratação de empresa para prestação do serviço de a locação de grupos geradores com quadro de transmissão automático digital, incluindo manutenção preventiva e corretiva com troca de peças, instalação e combustível, interposta pela empresa **MIL GERADORES LTDA. – CNPJ n. 08.774.241/0001-08**, em que impugna:

- a) A aglutinação de objetos distintos e que dificilmente seriam executados pela mesma empresa; e
- b) Ausência de critérios objetivos nas especificações dos serviços.

Por se tratar de questões de natureza técnica, esta Secretaria entende que sua manifestação seja suficiente para assegurar o prosseguimento do feito.

É o relatório.

No mérito, ao se analisar os fatos suscitados pela impugnação, entende-se que não merecem prosperar as alegações trazidas pela impugnante.

O objeto licitado não agrupa itens de natureza distinta. Ao se analisar o escopo do procedimento licitatório, verifica-se tratar-se de prestação do serviço de locação de grupos de geradores, os quais serão utilizados para o **fornecimento de energia elétrica do Campus de Educação Pública Transformadora (CEPT), localizado no Distrito de Itaipuaçu**. As obras civis são necessárias para a adequação dos geradores no local de prestação dos serviços.

A impugnante questiona a forma como se dará a execução das medições dos serviços. Em uma rápida consulta ao edital, verifica-se que o item n. 2 da Planilha de Valores e Quantitativos Unitários (Anexo I – A), **refere-se à locação dos equipamentos, sendo a unidade de medida em horas.**



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	
Data de Início	
Folha	
Rubrica	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Não se verifica, em momento algum, o agrupamento de itens de naturezas diversas que pudesse ensejar qualquer vício ou mesmo restrição ao caráter competitivo do certame. Outro ponto que merece destaque refere-se ao fato de se tratar de um único serviço, composto por parcelas que não admitem divisão.

Ao se optar pela unicidade dos serviços, evita-se a multiplicidade de contratos e de empresas envolvidas na prestação dos serviços. Ademais, poderia ocorrer falhas na prestação dos serviços e, conseqüentemente, prejuízos à Administração Pública, com a demora na resposta de uma determinada empresa na realização de reparo/manutenção requerida.

O sugerido pela impugnante, de fracionamento da licitação em lotes diferentes, é manifestamente ineficiente. À vista disto, a necessidade de se realizar, apenas um procedimento administrativo para a contratação dos serviços de locação de grupo de geradores, manutenção preventiva e corretiva, com eventuais adequações, se dá ao fato de que todos os serviços são pertencentes a estas áreas e estão interligados, havendo dependência, em certa medida, em sua execução.

Possivelmente, a divisão do objeto em vários lotes/itens, ocasionaria a execução de serviços de forma concomitante e de naturezas diversas, **por mais de uma empresa contratada**, demandando uma sincronização e padrão que podem não existir, fato que impactaria de forma significativa na qualidade e velocidade da execução.

Nessa toada, **deve ser considerada a necessidade de os serviços serem prestados concomitantemente**. Portanto, se adotados dois ou mais procedimentos distintos para contratação, seria grande a probabilidade da finalização destes ser em momentos distintos, não conseguindo a concomitância entre as execuções, o que não atingiria sua finalidade. **Outro fato é que o há o dispêndio de apenas uma administração local, sendo mais vantajoso financeiramente o não parcelamento do objeto.**

Na oportunidade, citam-se julgados do E. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em que **resta demonstrada a possibilidade de não parcelamento do objeto licitado**, por razões de natureza técnica ou de economia de escala, *in fine*:

(...)

O cerne da Representação é a suposta violação ao princípio da ampla competitividade por parte do Município de Nova Friburgo que, ao formatar o objeto do certame licitatório combatido, estabeleceu a prestação de serviços técnicos de informática de forma integrada, abrangendo diversas áreas de atuação da Prefeitura e demais entes da Administração Indireta.

Ocorre, na linha das razões expendidas pela Administração local, as quais fiz constar em meu relatório, que tal decisão encontra-se na alçada no poder discricionário do



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	
Data de Início	
Folha	
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

gestor público que, nos limites traçados pela lei, pode optar pela solução que melhor atenda ao interesse público.

A obrigatoriedade de parcelamento do objeto, contida no §1º do art. 23 da LF nº 8.666/93, exige a conjugação de fatores técnicos e econômicos, de modo a conferir à disputa uma maior competitividade. Entretanto, circunstâncias fáticas podem justificar a decisão de promover a licitação do objeto como um todo, desaconselhando a divisão do objeto, quer por razões técnicas, quer por razões de economia de escala, ainda o objeto seja aparentemente divisível. Logo, é possível dizer que o princípio da ampla competitividade não é absoluto e deve conviver com os demais princípios que regem a atuação do poder público, mormente o da finalidade e o da economicidade.

Portanto, ao meu sentir, a decisão administrativa de integrar ou não a gestão dos sistemas que, de algum modo, repercutam na gestão financeira e orçamentária, ou que propiciem unicidade de informações a partir de um único banco de dados, cinge-se à alçada discricionária do administrador, que tem o dever jurídico de prover medidas técnicas e econômicas que melhor atendam ao interesse público.

Desprovida de razão, nessa toada, a representação de que cuida o presente processo.

(...)

(Processo TCE/RJ n. 226.445-3/2012, Rel. Conselheiro José Maurício de Lima Nolasco, Plenário, j. 15.01.2013) [grifo nosso]

De forma semelhante, a E. Corte de Contas, ao se pronunciar nos autos do processo TCE/RJ n. 208.291-4/2019, que analisou o edital de pregão presencial n. 002/2019 (processo administrativo n. 21065/2019), promovido pela Prefeitura Municipal de Maricá, com o objetivo de contratar empresa para prestar o serviço de portaria, junto às unidades escolares, a sede da Secretaria de Educação e imóveis sob a sua responsabilidade, **enfrentou situação semelhante, quanto à possibilidade de não parcelamento do objeto lícitado.**

Conforme se depreende do julgado, a argumento ofertado pelo jurisdicionado atende aos requisitos legais e jurisprudenciais que norteiam a matéria, **visto que a não divisão do objeto lícitado em vários lotes, ou mesmo em contratações diversas, não traz qualquer benefício ao interesse público, pelo contrário, traz prejuízos quanto à eficiência e a perda de economia de escala, conforme se verifica:**

No que tange ao fracionamento do objeto do edital, assunto correspondente ao item 2 da decisão, o jurisdicionado argumenta que tal divisão pode gerar prejuízos, de forma a comprometer a prestação dos serviços, e que o modo adotado não retira a competitividade do procedimento. A Coordenadoria de Exame de Editais assim analisa:

“Análise: diante do exposto, tendo em vista as características inerentes aos serviços que foram apontadas pelo jurisdicionado, verifica-se que a adoção do critério de julgamento de menor preço global, de acordo com o objeto em exame, apresenta-se técnica e economicamente viável, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	
Data de Início	
Folha	
Rubrica	

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

ampliação da competitividade do certame, sem perda da economia de escala.

A justificativa apresentada também se ampara no entendimento de que a divisão do objeto poderá trazer prejuízo para o conjunto, comprometendo a prestação dos serviços. Observa-se, ainda, que foi defendida a questão de que a modelagem adotada não implica na perda de competitividade, ainda mais se considerarmos que quanto maior o objeto licitado menor será a taxa de administração do particular para a implantação e o gerenciamento dos serviços de portaria em cada uma das 74 unidades da Secretaria Municipal de Educação.

A análise sobre a obrigatoriedade de parcelamento do objeto, prevista no § 1º do artigo 23 da Lei Federal nº 8.666/93, já ocorreu em decisões anteriores desta Corte, podendo ser citada aquela realizada na análise de Representação contida no Processo TCE-RJ nº 226.445-3/12, que transcrevemos a seguir:

“A obrigatoriedade de parcelamento do objeto, contida no §1º do art. 23 da LF nº 8.666/93, exige a conjugação de fatores técnicos e econômicos, de modo a conferir à disputa uma maior competitividade.”

A Súmula 247 do TCU assim dispõe:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

Podemos inferir, portanto, que a não divisão do objeto é admitida, quer amparada por justificativas de razões técnicas ou de economia de escala, ainda que o objeto seja aparentemente divisível.

Dessa forma, entendemos que as justificativas e razões expostas pela Administração Municipal são plausíveis, podendo ser acolhidas por esta Corte de Contas.

Conclusão: item atendido.”

(Processo TCE/RJ n. 208.291-4/2019, Rel. Conselheiro Christiano Lacerda Ghurren, Plenário, j. 16.10.2019) [grifo nosso]

Constatamos, portanto, que tanto sob o aspecto técnico - o serviço principal se refere à locação, mas a realização de obras de adequação pode se fazer necessárias, o que impõe a realização



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	
Data de Início	
Folha	
Rubrica	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

de tais serviços – quanto o aspecto econômico – a contratação de uma única empresa é mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, pois é menos custoso – e afastam a possibilidade de fracionamento do objeto. Sem contar o fato de que o certame admite subcontratação, o que poderia ser utilizado como fundamento para a execução das obras civis exigidas.

Assim, em razão dos argumentos acima dispostos, esta secretaria manifesta-se pelo **indeferimento da impugnação**, visto que as obras civis são necessárias para se assegurar a alocação dos equipamentos locados, não havendo qualquer restrição/violação à competitividade.

Maricá, 6 de setembro de 2023.

Márcio Batalha Jardim
Secretário de Educação
Mat. n. 110.941